

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES VAZANTEIRAS ÀS
MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO**

*TERRITORIAL DYNAMICS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL
IMPACTS IN TIDE WATER SETTLER COMMUNITIES IN THE BANKS
OF SAN FRANCISCO RIVER*

¹Mácia Larissa dos Santos Gomes

¹Ana Paula Glinfskói Thé

²Paulo Henrique Augusto Gonçalves

¹Felisa Caçado Anaya

¹Luciana Ribeiro Monteiro

¹Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil

macialarissa@hotmail.com; anapgthe@gmail.com; felisaanaya@gmail.com;
lucianammr@gmail.com

²Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

geographo@live.com

RESUMO

O crescimento do agronegócio e os conflitos ambientais causam impactos nas dinâmicas territoriais das comunidades quilombola-pescadoras-vazanteiras. Esses grupos sociais vivem nas margens do médio rio São Francisco no Norte de Minas e se articulam para a afirmação de suas identidades étnicas diferenciadas e para terem seus direitos territoriais reconhecidos. Buscam se caracterizar através de categorias portadoras de direitos coletivos quilombolas e vazanteiras, mas são também conhecidas em terras sanfranciscanas como ilheiras, barranqueiras, beradeiras e lameiras (ARAUJO, 2009). A expansão do capitalismo e expropriação territorial desde a década de 60 têm causado conflitos ambientais que interferem no modo de vida dessas comunidades. A barragem de Três Marias pela Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG) é vista como fonte das primeiras mudanças. O movimento de migração dos pescadores está intimamente ligado à construção de barragens, que colocam em risco a prática artesanal da pesca e sobrevivência das populações ribeirinhas (THÉ, 2003). O projeto Jaíba de fruticultura irrigada é indicado como uma das principais causas de conflitos ambientais à margem do rio São Francisco, causando expropriação territorial e mudanças nos costumes tradicionais. Este trabalho busca demonstrar através de pesquisa documental que a demarcação do território tradicional e o respeito ao modo de produção tradicional são as fontes de esperança das famílias que resistem à lógica “mercadológica” do modelo agroindustrial. É necessária mediação dos conflitos estimulando a participação

social, afirmação étnica e o acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: agronegócio; comunidades tradicionais; conflitos ambientais; desigualdades, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The growing of agribusiness and the environmental causig impacts in the territorial dyamics of the quilombola-fisher-tide water settlers communities. This social groups live on the banks of the middle São Francisco in the North of Minas Gerais and articulate themselves to affirm their different ethical identities to achieve their territorial rights recognized. They seek to characterize themselves through rights-bearing categories of the quilombol-tide water settler colletives, but they are also known in Sanfranciscan lands, such as people of the isle (in portuguese: ilheiras), people who live on the banks of the São Francisco river (in portuguese: barranqueiras), people who live near to the river (in portuguese: beradeiras) and people who use to live on the mood of the river (in portuguese: lameiras) (ARAUJO, 2009). The expansion of capitalism and territorial expropriation since the 1960s have caused environmental conflicts that interfere with the way of life of these communities. The water dam of the Three Marias city (Três Marias) built by the Energy Company of Minas Gerais (CEMIG) is seen as a source of the first changes. The migration movement of fishermen is closely linked to the construction of dams, which endanger artisanal fishing practice and the survival of riparian populations (THÉ, 2003). The project "Jaíba" of irrigated fruit growing is indicated as one of the main causes of environmental conflicts in the banks of the São Francisco river, causing territorial expropriation and changes in the traditional customs. This work aims to demonstrate through documental research which the demarcation of the tradicional territory and the respect to the mode of production are the sources of hope to the resistance of the families to the logic of the agroindustrial marketing model. It is necessary mediation of conflicts stimulating social participation, ethnic affirmation and access to public policies for sustainable development.

Keywords: agribusiness; traditional communities; environmental conflicts; inequalities, sustainable development

DESENVOLVIMENTO E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM BREVE HISTÓRICO DE CONFLITO

Ao pensar sobre povos e comunidades tradicionais e suas relações ambientais e de territorialidade, uma breve reflexão acerca do paradigma da modernização ecológica se faz necessário, ao problematizarem-se as interações que recobrem a sociedade, natureza e o meio ambiente – principalmente as relações de poder que permeiam os complexos processos e sujeitos sociais envolvidos nestes contextos. Focando sobre o contexto das comunidades do Rio São Francisco nas últimas décadas é inevitável esbarrar na concepção e na implementação de projetos que carregam a alcunha de “desenvolvimentistas” – pensando-se, sempre, que este desenvolvimento abarca apenas uma conotação hegemônica e homogeneizante, desconsiderando quaisquer particularidades que envolvem a população barranqueira e a dinâmica ecológica do rio, essencial à sobrevivência destes.

Como aponta Esteva (2000), o modo de produção industrial, uma dentre muitas outras formas de vida social, acabou por tornar-se, ao longo do último século, o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social (p. 63), associando a ideia de

desenvolvimento a um sentido de mudança favorável, um passo simples para o complexo, indicando que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável (p. 64) – certamente uma herança da relação estabelecida outrora entre desenvolvimento e o conceito biológico de evolução.

Esteve ainda traz à discussão o fato de que, para dois terços da população mundial, esta conotação do termo desenvolvimento é um lembrete daquilo que eles não são colocando-os em uma condição indesejável e indigna, sendo que, para escapar desta, precisam escravizar-se a experiência e sonhos alheios (p. 65) – situação recorrente às comunidades que se auto-reconhecem quilombolas, vazanteiras e pescadoras e ocupam as margens do Médio São Francisco; estes povos tradicionais consideram ofensiva a ideia de trabalhar a terra, bem como a prática da pesca, na lógica do agronegócio, ideologia que casa muito bem com a ideia de desenvolvimento apenas enquanto crescimento econômico.

Interessante salientar que, de acordo com Sachs (2000) enquanto a sustentabilidade ambiental – temática que surge devido a uma preocupação da elite acerca de impactos ambientais e da gestão de recursos enquanto consequência da ideologia desenvolvimentista – é colocada em debate na década de 1970, em âmbito global, povos e comunidades tradicionais possuem práticas centenárias de plantio, pesca e extrativismo em consonância com a dinâmica ecológica de seu ambiente.

Partindo ainda do antagonismo existente entre o meio ambiente e o desenvolvimento, Zhouri e Laschefski (2010) descrevem historicamente as estratégias de modernização dos países do chamado “Terceiro Mundo” (incluindo o Brasil) e suas catastróficas consequências ambientais, apontando que surge no Brasil, com a morte de Chico Mendes ao final da década de 1980 uma nova concepção socioambientalista, visto que a luta dos seringueiros representava a ideia de que a natureza poderia ser valorizada com a inclusão dos grupos sociais que nela vivem, superando a dicotomia sociedade-natureza e promovendo o “desenvolvimento sustentável”.

Entretanto, ainda de acordo com estes autores, apesar de vários países durante a Eco-92 assentir que um novo modelo de desenvolvimento deveria ser construído a partir do tripé economia-ecologia-equidade social, pensando-se principalmente na elaboração de políticas públicas, o discurso político que de fato se consolidou fez emergir o paradigma da participação na gestão ambiental e social, visando conciliar os interesses econômicos, ambientais e sociais e “moldar” o modelo clássico de desenvolvimento – “*um casamento feliz entre a economia e a ecologia*”.

Contudo, devido a inúmeros conflitos entre as visões “desenvolvimentistas” e “ambientalistas”, o modelo máximo atingido enquanto desenvolvimento sustentável pelo Brasil ao longo dos últimos 20 anos teria sido o da modernização ecológica - modelo este passível de críticas e limitações -, levando à retomada da discussão sobre a insustentabilidade estrutural do modelo de desenvolvimento urbano-industrial-capitalista.

Conforme mostram Zhouri e Laschefski, os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, estando, geralmente, no cerne dos mesmos, a questão territorial ou espacial, envolvendo as relações entre poder e meio ambiente sendo ainda possível elencar três categorias diferentes de conflitos ambientais: *conflitos ambientais distributivos* – conflitos que indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais; *conflitos ambientais espaciais* – aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; e *conflitos ambientais territoriais* – conflitos que marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de

identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial. Os grupos tradicionais persistem assim, na luta pelo reconhecimento dos seus modos de vida e o direito de autonomia, apesar da ameaça à sustentabilidade das suas práticas de reprodução material e simbólica – cabendo, portanto, a estas a articulação de variadas estratégias de resistência e o protagonismo enquanto agentes de conflitos ambientais.

TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS “ÀS MARGENS” DO RIO SÃO FRANCISCO – IDENTIDADES, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS

As terras tradicionalmente ocupadas às margens do médio Rio São Francisco são palco de conflitos socioambientais desde 1960, quando ocorreram as primeiras iniciativas governamentais do Projeto de Irrigação Jaíba – projeto de fruticultura irrigada – e a criação Unidades de Conservação do tipo Unidades de Proteção Integral – UPI –, especialmente parques estaduais a partir de 1990, como medidas compensatórias aos empreendimentos de modernização da agricultura.

Com o crescimento acelerado do agronegócio vieram grandes mudanças nas dinâmicas sociais e culturais. A sobreposição de territorialidades e os múltiplos interesses econômicos na região causaram o encurralamento, “desterritorialização” e invisibilidade social das comunidades tradicionais Vazanteiras de Caraíbas, Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, situadas nos municípios de Pedra de M^a da Cruz, Manga e Matias Cardoso.

Estas comunidades “agrícola-pesqueiras” vivenciam injustiças socioambientais devidas o avanço do capital e expansão do agronegócio, que segue o modelo de expropriação colonial (combinação de monocultura e mão de obra escrava) e interfere na vida cotidiana e nas condições de subsistência dessas famílias, que se articulam com o propósito de chegar à demarcação e regulamentação de seus territórios.

Os pescadores que se denominam “vazanteiros” atualmente vivem em uma pequena porção de terra às margens do rio São Francisco, onde se dividem em terras de uso comum com dinâmicas específicas aliadas ao rio. É importante ressaltar que os vazanteiros reivindicaram junto à Fundação Palmares o reconhecimento também como quilombolas, visto que tais identidades não são excludentes entre si, mas compõem o contexto sociocultural, histórico e geográfico ao qual estão inseridos.

Tais grupos sociais se mobilizam buscando consolidação e aplicação ampliada de direitos territoriais resguardados pela Constituição Federal de 1988 a indígenas e quilombolas, que garante o reconhecimento étnico e demarcação de territórios tradicionais marcado pelas relações entre os grupos familiares.

Para as populações tradicionais, a terra possui significado afetivo de reprodução cultural e não sentido produtivo e econômico. Os fazendeiros grileiros que foram substituídos por grandes empresas do agronegócio ao longo do tempo, ocupam nos dias atuais aproximadamente 6.000 hectares com plantações de fruticultura para exportação e pastagem para gado sem nenhuma preocupação à sustentabilidade e aos impactos socioculturais e conflitos ambientais que causam.

Em uma destas comunidades estudadas a área ocupada à margem direita do rio São Francisco é considerada território inundável e, portanto, pertencente à União. Sendo assim em 2013 a Secretaria de Patrimônio da União emitiu o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em favor desta demonstrando entendimento aos direitos territoriais da comunidade. Mesmo assim, conflitos com fazendeiros vizinhos permanecem, havendo o envolvimento do Ministério Público Federal para mediar estes processos de reintegração de posse empreitados até a obstrução de acessos terrestres a comunidade, forçando a esta se mover para cidade exclusivamente pelo rio durante anos (de 2012 até meados de 2016). Essas instabilidades ditam mudanças nos modos de vida,

acentuam as desigualdades e acirram conflitos morosamente mediados pelas instituições de Estado.

Como demonstra Luz de Oliveira (2005), os moradores das áreas inundáveis situadas às margens do Rio São Francisco, reconhecem-se como “vazanteiros” porque utilizam as ilhas também chamadas de terras crescentes para plantio, pesca, criação animal e extrativismo. Não se intimidam com a dinâmica das águas e com a mobilidade do território, ao contrário, caracterizam-se e reconhecem-se pela sua “fluidez, nomadismo e impermanência” no uso das ilhas que pertencem ao rio e a mobilidade para as terras firmes quando o rio volta a encher.

Através desse deslocamento esperado, garantem a sustentação de muitas gerações, transmitindo estratégias de subsistência, migração e de luta pelo reconhecimento como povos tradicionais. A identidade “quilombola-vazanteira-pescadora” luta pelo respeito às suas especificidades, e por mais visibilidade à identidade sociocultural herdada através de processos históricos.

As comunidades que utilizam a vazante fazem o plantio nesses locais porque foram expropriadas de suas “terras altas”, apropriadas por grandes latifúndios que exploram o solo e o rio através tecnologias como irrigação e confinamento animal, manejos do solo e produtivo conflitantes com a perspectiva tradicional de cultivo e criação dos pescadores artesanais.

Como demonstrado por Thé; Madi e Nordi (2003) por meio de abordagem etnoecológica é possível perceber a compreensão dos pescadores do rio São Francisco sobre a criação de represas como uma das maiores causas para a diminuição do número de peixes no rio São Francisco. As represas impedem ocorrência de cheias necessárias para a reprodução dos peixes e para o desenvolvimento dos alevinos nas lagoas marginais alterando a dinâmica de pesca; outro impacto socioambiental apontado é o barramento de lagoas marginais para irrigação de pastagem e banana, feita por fazendeiros que usam indiscriminadamente água do rio contribuindo para a diminuição dos estoques de peixes.

A visível intensificação de políticas desenvolvimentistas e expansão da agropecuária, concomitante com a criação de Unidades de Conservação causam impactos ao ambiente e a sociedade local que se mostra resistente à lógica econômica capitalista visto que os interesses vinculados à reprodução do capital na maioria das vezes não cooperam com a convivência entre grupos de diferentes categorias étnicas, causando conflitos quando os interesses sociais sobrepõem aos interesses das empresas privadas conforme descrito por Araujo (2010).

Através da criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável é possível a inclusão produtiva e segurança alimentar dessas populações buscando garantir as mesmas possibilidades para as gerações futuras, ao mesmo tempo em que sejam reconhecidos e valorizados os recursos naturais locais, as práticas e os saberes tradicionais.

É possível perceber que as instabilidades socioambientais causadas pelo número crescente de empresas agropecuárias e de Unidades de Conservação de Proteção Integral (que impossibilita a permanência de populações humanas em suas áreas) em território tradicionalmente ocupado impactam diretamente os moradores como também a preservação dos recursos naturais e das identidades presentes nesse local. É necessária análise comparativa entre a perspectiva da lógica mercantilista do agronegócio globalizado com a lógica autóctone das comunidades tradicionais.

Em estudos anteriores realizados por Anaya (2012); Araujo (2010); Luz de Oliveira (2005); e Thé (2003), foram realizados diagnósticos etnográficos precisos das formas de organização social e apropriação do espaço que culminaram em ações para o

reconhecimento e empoderamento das comunidades Vazanteiras através do apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, da Comissão Pastoral da Pesca – CPP e do Centro de Agricultura Alternativa – CAA.

O processo de *desterritorialização, reterritorialização e encurralamento* foram causados após os grandes investimentos governamentais e privados voltados ao agronegócio exportador na região Irrigável da Jaíba. As populações tradicionais são expropriadas de seu território de direito e o acesso aos recursos naturais aos quais sempre utilizaram para sobrevivência passa a ser fiscalizado por agentes do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Os empreendimentos desenvolvimentistas concentrados no desenvolvimento econômico não beneficiaram as populações locais e nem o meio ambiente, visto que o território é danificado por práticas não sustentáveis e atitudes conservacionistas por parte da instituição responsável pela gestão ambiental do projeto que gerencia o Parque Estadual da Mata Seca e impede o manejo sustentável realizado pelas comunidades. O esmagamento cultural em terras tradicionalmente ocupadas desestabiliza e/ou destrói as comunidades tradicionais ribeirinhas devido às mudanças em suas dinâmicas socioambientais e culturais que estão circunscritas ao rio São Francisco.

As relações tornam-se cada vez mais tensas e há uma crescente mobilização coletiva frente à desterritorialização da população nativa e a proibição da pesca e da ação humana no território que faz parte de seu cotidiano ancestral. É antiga a luta para alcançar um grau de visibilidade significativo e reconhecimento perante o Estado e a consideração de leis específicas que prezem pelo desenvolvimento sustentável para essas trajetórias históricas diferenciadas.

A regularização da posse das terras tradicionalmente ocupadas é necessária e urgente para estas populações de diferentes etnias e de características singulares nas formas de uso do espaço e da natureza do qual dependem para sua reprodução cultural, social e econômica. Para os pescadores e vazanteiros estudados o território é comunal e a totalidade dos lugares que o coletivo faz uso precisa ser conservado através de práticas sustentáveis e sinérgicas, visto que todos os percebem essencial para todas as suas atividades e também, fundamental para a afirmação de suas identidades e sobrevivência das gerações futuras.

O co-manejo do ambiente é o processo de manejo dos recursos naturais envolvendo aspectos de democratização, empoderamento social, equitabilidade de poder e descentralização conforme discutido por THÉ (2003). Os processos de co-manejo dependem de uma transformação na visão na ciência ocidental quanto a sua postura etnocêntrica, da autonomia das comunidades e poder de decisão no processo de co-manejo e equidade no momento que as instituições compartilharem o poder nas decisões tomadas. A autora defende que ao encontrar interesses comuns, as transformações permitirão o melhor manejo dos recursos naturais para garantir a sobrevivência da atual e das futuras gerações, garantindo a participação social e maior igualdade de direitos (THÉ, 2003).

A criação de Unidades de Conservação do tipo Unidades de Proteção Integral como modelos de conservação se baseiam em uma visão etnocêntrica formulada externamente pelos órgãos do Estado que não levam em consideração as condições internas dessas áreas. Ali já viviam muitas famílias que desejam participar das decisões e formulações de leis territoriais muitas vezes mantidas em sigilo até serem impostas ao sujeito local que já não pode se manifestar contra, mantendo esse território como “terreno fértil” para as desigualdades, injustiças sociais e intolerâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material nem sempre possibilitam relações simbióticas, transformando a natureza em um campo de conflito ou resistência, cabendo aos grupos que geralmente são violentados pelos paradigmas da modernização e do desenvolvimento persistirem na luta pelo reconhecimento dos seus modos de vida e pelo direito de autonomia.

Importante salientar que territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois conforme coloca Haesberth (2005) a territorialidade está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Conforme nos aponta Paula (2009), as águas do São Francisco, em seus mais de cinco séculos de história, foram o meio de vida e povoamento do sertão mineiro; em suas margens surgiram povoados e cidades, entrelaçando as culturas e tecendo a identidade do povo sertanejo. Ou seja: muito além de ser apenas um curso d'água que atravessa e integra boa parte do território brasileiro, o rio São Francisco rasga o sertão norte-mineiro produzindo modos de vida e relações únicas com aqueles que habitam e vivenciam suas águas e margens, carregando, portanto, água, histórias, memórias e sonhos.

Cada povo ribeirinho, entretanto, através de seus valores, crenças, atitudes, representações, significados, opiniões e visões de mundo expressos na linguagem comum e na vida cotidiana, produzem diferentes relações e sentidos em contato com o rio. Nas palavras de Oliveira:

Estudar a vida das águas e dos homens do rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia, pois o rio é um lugar que se permite viajar, um lugar que viaja, um lugar em movimento. A sua natureza de correnteza possibilitou que os homens construíssem suas histórias de vida em seus espaços, num encontro de homens e águas que seguem juntos. Em geografias híbridas, ziguezagueando entre uma margem e outra, cenários de vida pontilhavam o tempo e o espaço das águas em movimento. (OLIVEIRA, 2012, P. 47).

A relação das comunidades tradicionais com o território é marcada pelo modo de viver único e funciona como uma forma de identificação, fonte de força e de luta por direitos. O reconhecimento como “populações tradicionais” pelas instituições públicas não é suficiente para garantir a resolução dos conflitos e injustiças sociais ocorridas nesses espaços. A presença de regras de uso comunal e sustentável dos recursos naturais através de laços familiares afirma a tradicionalidade dos quilombolas-vazanteiros-pescadores da beira-rio sanfranciscana provendo subsídios para a regularização de seus territórios, maior visibilidade e aplicação de políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA. Ao Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA.

REFERÊNCIAS

ANAYA, F. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento” : as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. (Tese de doutorado, 255 folhas). FAFICH-UFMG: Belo Horizonte, 2012.

ARAÚJO, E. C. de. “Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua”. Universidade Estadual de Montes Claros. Dissertação de Mestrado, 2009.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: **SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 200, pp. 59-83.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias: movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Margens escritas: per-cursos de águas e vidas. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Claudia Luz de. In: **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: **SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 200, pp. 117-131.

THÉ, A. P. G. **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do alto-médio São Francisco, MG**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

THÉ, A. P. G.; E. F. Madi & N. Nordi. Conhecimento local, regras informais e uso do peixe na pesca do alto médio São Francisco, p. 389-406. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido para publicação em 22 de novembro 2016

Aceito para publicação em 25 de janeiro de 2017